

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Dinâmica demográfica e social (2)	FM.01 - Crescimento populacional	Taxa geométrica de crescimento anual (TGCA)					Fomentar a elaboração dos planos diretores municipais de turismo para os municípios de Paranapanema, Piraju e Campina do Monte Alegre.
	FM.02 - População flutuante	Quantidade anual da população flutuante					
	FM.03 - Densidade demográfica	Densidade demográfica					
	FM.04 - Responsabilidade social e desenvolvimento humano	Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)					
Dinâmica econômica (2)	FM.05 - Agropecuária	Quantidade de estabelecimentos agropecuários					
		Efetivo de rebanhos					
		Produção agrícola em relação à água utilizada na irrigação					
	FM.06 - Indústria e mineração	Produção industrial em relação à água utilizada no setor					
		Quantidade de estabelecimentos industriais					
		Quantidade de estabelecimentos de mineração em geral					
	FM.07 - Comércio e serviços	Quantidade de estabelecimentos de extração de água mineral					
		Quantidade de estabelecimentos de comércio					
	FM.08 - Empreendimentos habitacionais	Quantidade de estabelecimentos de serviços					
		Quantidade anual de unidades habitacionais aprovadas					
FM.09 - Produção de energia	Área anual ocupada por novos empreendimentos						
	Potência de energia hidrelétrica instalada						
		Área inundada por reservatórios hidrelétricos					

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Dinâmica de ocupação do território (2)	FM.10 - Uso e ocupação do solo	Proporção de área agrícola em relação a área total	TEMA 1 : PLANEJAMENTO E GESTÃO		1.2 Atualizar o mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) da UGRHI 14 com identificação, quantificação e caracterização fitofisionômica dos remanescentes de maciços florestais e vegetação em matas ciliares .		As ações contempladas focam no mapeamento das áreas de preservação, com a atualização cartográfica e zoneamento econômico ecológico embasados na forma da lei. A Bacia já tem um mapeamento executado em 2006, está em revisão através do Instituto Florestal. O macrozoneamento e atualização cartográfica do uso e ocupação do solo são importantes para gerenciar os recursos hídricos da UGRHI, por isto as metas 1.3 serão mantidas.
		Proporção de área com cobertura vegetal nativa em relação à área total			1.3 Atualizar cartografia de uso e ocupação do solo da UGRHI 14, em escala 1:50.000 ou menor.		
		Proporção de área com silvicultura em relação à área total da bacia	TEMA 2 : USO E OCUPAÇÃO DO SOLO		2.1 Elaboração do macrozoneamento de uso e ocupação do solo UGRHI-14.		
		Proporção de área de pastagem em relação à área total da bacia			2.6 Promover o estudo e atualização das legislações de uso e ocupação do solo, levando em consideração a proteção ambiental, através de leis e decretos que possam contemplar os municípios e suas especificações na bacia como um todo.		
		Proporção de área urbanizada em relação à área total da bacia					
		Proporção de área de campo antrópico em relação à área total da bacia					
Consumo de água (2)	P.03– Uso da água	P.01 – Demanda de água	TEMA 3 : USO E QUALIDADE DA ÁGUA		3.9 Promover o uso racional, sustentável e múltiplo dos recursos hídricos dos reservatórios das UHE. 3.10 Promover e Fomentar as ações que visem proteger as áreas de vulnerabilidade das águas subterrâneas.		A meta 3.9 deve ser retirada, pois é muito genérica e de difícil aplicação. Propomos retirar a palavra promover da meta 3.10 e mantê-la. Devemos também, propor atualização do mapa de vulnerabilidade dos aquíferos da UGRHI 14, divulgá-los, visando sua proteção e conservação, priorizando recursos para estas ações.
		Proporção de volume de uso urbano de água em relação ao uso total					
		Proporção de volume de uso industrial de água em relação ao uso total					
		Proporção de volume de uso de água na irrigação em relação ao uso total					
		Proporção de volume de uso de água subterrânea em relação ao uso total					
Quantidade anual de água para abastecimento público per capita							
Captações de água	P.02 – Captações de água	Quantidade de captações superficiais em relação à área total da bacia					Não há meta alguma estabelecida para captações, mas na revisão do plano de bacias, propomos Inventariar 100% das captações significativas existentes.
		Quantidade de captações subterrâneas em relação à área total da bacia					
		Proporção de captações de água superficial em relação ao total					
		Proporção de captações de água subterrânea em relação ao total					

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Produção de resíduos sólidos e efluentes (2)	P.04 – Resíduos sólidos domésticos	Quantidade anual de resíduos sólidos domiciliares gerados per capita					Esta é uma variável de extrema importância e por isto vamos incentivar encontros ou seminários de resíduos sólidos promovidos pela Câmara Técnica de Saneamento do comitê. Queremos também fomentar e estimular ações junto às universidades no incremento da coleta seletiva. Mantemos a meta, sendo que as ações serão de longo prazo e de grande importância para gerir a UGRHI 14. Propomos retirar as palavras localizar e mapear da meta, pois são atividades já implícitas no termo inventariar.
		Quantidade de resíduos sólidos utilizados em solo agrícola					
	P.05 – Efluentes industriais e sanitários	Quantidade de efluentes industriais gerados					
		Quantidade de efluentes utilizados em solo agrícola					
		Carga orgânica anual de efluentes sanitários					
	P.06 – Áreas contaminadas	Quantidade de áreas contaminadas	TEMA 4 : SANEAMENTO AMBIENTAL		4.2 Inventariar, <u>localizar e mapear</u> os pontos de poluição dos aquíferos com o objetivo de identificar as fontes poluidoras, zonedar as áreas contaminadas e estabelecer programas de controle e preservação.		
Quantidade anual de acidentes com cargas de produtos químicos							
Interferência em corpos d'água (2)	P.07 – Erosão e assoreamento	Quantidade de feições erosivas lineares em relação à área total da bacia	TEMA 1 : PLANEJAMENTO E GESTÃO	1.5 Mapear, com base em banco de dados e levantamento in loco, de forma atualizada e detalhada, as situações de erosão e voçorocas e assoreamento de cursos d'água no território da UGRHI 14.		Foram executadas ações no controle de erosão e desassoreamento de corpos de água pelo DAEE, sendo as obras parcialmente executadas devido ao alto custo e tempo despendido. Itaporanga, Bernardino de Campos e Itai atingiram 70% de erosão urbana revitalizada. Na zona rural a Cati já implanta no estado todo o Programa Melhor Caminho.	
		Produção média anual de sedimentos em relação à área total da bacia					
		Extensão anual de APP desmatada					
	P.08 – Barramentos em corpos d'água	Quantidade de barramentos hidrelétricos					
		Quantidade de barramentos de agropecuária					
		Quantidade de barramentos para abastecimento público, lazer e recreação					
		Quantidade de barramentos em relação à extensão total de cursos d'água					

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Qualidade das águas (3)	E.01 – Qualidade das águas superficiais (MAPA)	Classificação do IQA					Apresentar para a revisão do plano, a proposta de ampliar e melhorar a rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas. Existe um projeto aprovado de monitoramento de águas subterrâneas da UGRHI em andamento com previsão de término em 2010. Propomos pontos de monitoramento com índices de balneabilidade no reservatório de Jurumirim, na região dos hotéis às margens da represa em Avaré, um em Paranapanema e outro em Piraju, também às margens da represa, por serem estâncias turísticas da UGRHI.
		Classificação do IAP					
		Classificação do IVA					
		Proporção de pontos de monitoramento com OD acima 5 mg/l					
		Proporção de pontos de monitoramento com IET classificado como Oligotrófico e Ultraoligotrófico					
	E.02 – Qualidade das águas subterrâneas	Proporção de cursos d'água afluentes litorâneos com classificação Bom e Ótimo (que atendem a legislação)					
		Proporção de poços monitorados com água considerada potável					
	E.03 – Balneabilidade de praias e reservatórios	Proporção de praias monitoradas com Índice de balneabilidade classificado como Bom e Ótimo					
		Proporção de reservatórios monitorados com Índice de balneabilidade classificado como Bom e Ótimo					
	E.04 – Qualidade das águas de abastecimento	Proporção de amostras de nitrato em que a qualidade da água foi considerada Boa, por sistema					
Quantidade de desconformidades em relação aos padrões de potabilidade da água							
Disponibilidade das águas (3)	E.05 – Disponibilidade de águas superficiais	50% do $Q_{7,10}$ em relação ao total de habitantes, por ano	TEMA 3 : USO E QUALIDADE DA ÁGUA		3.9 Promover o uso racional, sustentável e múltiplo dos recursos hídricos dos reservatórios das UHE.		A meta 3.9 deve ser retirada, pois é muito genérica e de difícil aplicação. Devemos fomentar os municípios em relação à recuperação de áreas de nascentes e mata ciliar, para aumentar a produtividade de água. Propomos o estudo da disponibilidade de água na UGRHI, caracterizando as áreas de acordo com a disponibilidade e priorizando ações nas áreas eleitas críticas.
		Demanda total em relação ao $Q_{médio}$					
		Demanda total em relação ao $Q_{7,10}$					
	E.06 – Disponibilidade de águas subterrâneas	Demanda total em relação à disponibilidade ($Q_{7,10}$ +reserva explorável)					
		Reservas exploráveis de água subterrânea em relação à população total					
	E.07 – Cobertura de abastecimento	Proporção de água subterrânea outorgada em relação ao total de reservas exploráveis					
		Índice de cobertura de abastecimento de água					
		Proporção de volume de abastecimento complementar de água em relação ao volume total					
		Número de pessoas atendidas anualmente por fontes alternativas					

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Eventos Críticos (3)	E.08 – Enchentes e estiagem	Frequência anual de eventos de inundação ou alagamento	TEMA 1 : PLANEJAMENTO E GESTÃO		1.8 Fomentar a construção e implantação (avaliação, caso existente) de Planos Municipais de Macrodrenagem, Planos Municipais de Saneamento ambiental, <u>Planos Diretores Urbanos de Recomposição Florestal</u> com enfoque na recuperação e preservação dos RH.		Manter a meta 1.8 e acrescentar Planos Diretores Urbanos e de Recomposição Florestal à meta. Os municípios estão elaborando seus Planos Municipais de Macrodrenagem , a maioria através de recursos do fehidro. Existem vários postos pluviométricos na UGRHI e alguns desativados. Devemos fomentar as instituições responsáveis para que reativem estes postos já existentes, à medida do possível.
		Proporção de postos pluviométricos de monitoramento com o total do semestre seco (abr/set) abaixo da média					
Saúde pública e ecossistemas (3)	I.01 – Doenças de veiculação hídrica	Incidência anual de diarreias agudas	TEMA 4 : SANEAMENTO AMBIENTAL		4.4 Articular com os órgãos de gestão da saúde pública, a criação de indicadores que possam aferir com maiores detalhes a incidência de doenças de veiculação hídrica e por vetores.		Propomos retirar a meta 4.4, pois as instituições de saúde já trabalham com tais índices.
		Incidência anual de esquistossomose autóctone					
		Incidência anual de leptospirose					
		Quantidade anual de óbitos decorrentes de doenças de veiculação hídrica					
	I.02 – Danos à vida aquática	Ocorrência anual de eventos de mortandade de peixes					
		Ocorrência anual de eventos de proliferação abundante de algas					
Uso da água (2)	I.03 – Interrupção de fornecimento	Frequência anual de eventos de interrupção do abastecimento por problemas de disponibilidade de água				Não há ocorrência da interrupção do abastecimento pela quantidade ou qualidade de água (Sabesp). Devemos promover ações locais onde houver conflitos, para melhor gerir os recursos hídricos. Vamos propor estudos para o proxima revisão do plano para identificar as bacias com tendencia à criticidade e estudos para viabilizar estas subbacias avaliadas como críticas.	
		Frequência anual de eventos de interrupção do abastecimento por problemas de qualidade da água					
		População anual submetida a cortes no fornecimento de água tratada					
	I.04 – Conflitos na exploração e uso da água	Quantidade de situações de conflito de extração ou uso das águas superficiais, subterrâneas e litorâneas, por tipo					
		Quantidade de sistemas de transposição de bacia					
I.05 – Restrições à balneabilidade em praias e reservatórios	Proporção da quantidade transposta em relação à disponibilidade hídrica superficial, por tipo de vazão						
		Frequência anual de dias com balneabilidade classificada como Imprópria em praias monitoradas					

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Finanças públicas (3)	I.06 – Despesas com saúde pública devido a doenças de veiculação hídrica	Montante gasto com saúde pública em unidade monetária por ano					
	I.07 – Custos de tratamento de água	Montante gasto com tratamento de água para abastecimento público em relação ao volume total tratado					
Controle de poluição (3)	R.01 – Coleta e disposição de resíduos sólidos	Proporção de domicílios com coleta de resíduos sólidos	TEMA 4 SANEAMENTO AMBIENTAL		4.5 Fomentar ações que objetivem a manutenção de IQR's adequados.		Esta meta 4.5 está sendo realizada, estimulada pelo projeto Município Verde. Retirar a meta 4.3, pois é um objetivo e não uma meta, onde devemos priorizar investimentos em obras para erradicar o lançamento de esgoto in natura e buscar alternativas para comunidades isoladas. Retirar a meta 4.7, pois as instituições contratadas já o fazem, fazendo parte da legislação. Mais de 90 % do abastecimento público é gerido pela Sabesp, que tem um cronograma de obras a seguir. Segundo Sabesp: 100% do tratamento de esgotos até 2011. Existem quatro municípios na UGRHI que não são gerenciados pela SABESP, onde estão em execução os projetos "Água Limpa".
		Proporção de resíduos sólidos coletados dispostos em aterro sanitário em relação ao total disposto					
		Proporção de aterros sanitários com IQR considerado Adequado					
		Quantidade anual de resíduos sólidos industriais com destinação final autorizada					
	R.02 – Coleta e tratamento de efluentes	Cobertura da coleta de esgoto	TEMA 4 SANEAMENTO AMBIENTAL		4.3 Priorizar a erradicação de lançamento de efluentes in natura no solo ou na água.		
		Proporção de volume de esgoto tratado <i>in situ</i> em relação ao volume total produzido			4.7 Instituir instrumentos e mecanismos que garantam a eficiência dos sistemas de tratamento de esgoto já implantados.		
		Proporção de esgoto coletado tratado em ETE, em relação ao total coletado					
		Redução de carga orgânica (Kg DBO _{5,20} /dia)					
R.03– Remediação de áreas contaminadas	Proporção de áreas remediadas em relação ao total de áreas contaminadas						
R.04 – Controle de cargas com produtos químicos	Quantidade anual de licenças emitidas de cargas perigosas						
	Quantidade anual de atendimentos a emergências						

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Monitoramento das águas (3)	R.05 – Abrangência do monitoramento	Densidade da rede de monitoramento hidrológico	TEMA 1 : PLANEJAMENTO E GESTÃO		1.4 Mapear áreas e pontos de risco sócio-ambientais em função das condições climáticas e da ação humana, correlacionando causa/efeito e submetendo esses pontos a um programa de monitoramento.		Existem poucos pontos de riscos sócios ambientais na UGRHI, mas eles estão sendo mapeadas e monitoradas. Estas ações estão sendo executadas aos poucos, através de convenios e contratos. Está em execução no ALPA um programa de monitoramento qualitativo - quantitativo das águas subterrneas para melhorar assim o monitoramento.
		Densidade da rede de monitoramento da qualidade de água superficial			1.16 Ampliar e melhorar a rede de monitoramento hidrológico-meteorológico existente na UGRHI 14, incluindo os postos fluviométricos e pluviométricos, estações automatizadas de coleta e transmissão dos dados meteorológicos, estações sedimentométricas e de qualidade da água.		
		Densidade da rede de monitoramento dos níveis da água subterrânea					
		Densidade da rede de monitoramento da qualidade de água subterrânea					
Controle da exploração e uso da água (3)	R. 06 – Outorga de uso da água	Proporção de outorgas em relação ao total estimado de explorações	TEMA 1 : PLANEJAMENTO E GESTÃO		1.10 Propor instrumentos que propiciem a simplificação de processos de outorgas para os pequenos proprietários rurais.		Na revisão do plano de Bacia vamos propor a Retirada das metas 1.10 e 3.5, pois já são contempladas na legislação vigente.
		Vazão total outorgada para captações superficiais existentes	TEMA 3 : USO E QUALIDADE DA ÁGUA		3.5 Propor critérios para renovação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos nas sub-bacias críticas, observando a seguinte prioridade de uso: 1 - Abastecimento Público 2 - Dessedentação de animais 3 - Irrigação de pequenas áreas e para culturas anuais de produção de alimentos.		
		Vazão total outorgada para captações subterrneas existentes					
		Vazão total outorgada para outras interferências em cursos d'água					
		Proporção da vazão total outorgada em relação à disponibilidade do 50% do $Q_{7,10}$					
		Proporção da vazão total outorgada em relação à disponibilidade do 70% do $Q_{médio}$					
	R.07- Fiscalização de uso da água	Quantidade anual de autuações de uso irregular de águas					

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Infraestrutura de abastecimento (2)	R.08 – Melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água	Quantidade anual de distritos onde foram realizadas melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água	TEMA 3 : USO E QUALIDADE DA ÁGUA		3.7 Estimular as concessionárias e os serviços municipais de água e esgoto à adoção de ações que identifiquem e reduzam a perda de água no sistema de abastecimento desde a captação até a distribuição.		O índice de perda de água é muito grande, no estado de São Paulo e também no ALPA. As companhias de saneamento já tem as metas a serem concluídas. A meta 3.8 está sendo contemplado pela agência reguladora. Propomos reestruturação da meta 3.12, estimulando e fomentando as atividades industriais e agrícolas a otimizar os recursos hídricos e a reutilização destes.
					3.8 Fomentar, nos serviços municipais de água e esgoto, a adoção de políticas tarifárias que garantam a sustentabilidade dos serviços, conforme Lei Federal nº 11.445 de 05/01/2007, em seu artigo 22º, Inciso IV, Capítulo V - Da Regulação		
					3.12 Aprimorar o uso do recurso hídrico nas atividades e/ou empreendimentos industriais e agrícolas, melhorando e otimizando o uso do recurso e estabelecendo incentivos aos trabalhos de reuso e reciclagem da água.		

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
Controle de erosão e assoreamento (3)	R.09 – Recuperação de áreas degradadas	Área revegetada de mata ciliar, por ano	TEMA 3 : USO E QUALIDADE DA ÁGUA		3.1 Proteger os mananciais e áreas de preservação permanente nas micro bacias dos municípios, apoiando a criação de <u>projetos de fundo de vale</u> , fomentando e acompanhando as atividades de manutenção dos projetos de reflorestamento e recuperação vegetal em todas as suas formas e técnicas, assim como elevando e estimulando a participação dos proprietários rurais que atendam as diretrizes do PBH ALPA.		<p>Propomos manter a meta 3.1, porém acrescentando as palavras projetos de fundo de vale. Devemos estimular as prefeituras que já têm projetos em execução, para que possamos estimular a realização de seminários e que sejam expostos estes projetos e seus resultados, estimulando assim outros municípios. Foram executadas ações no controle de erosão e desassoreamento de corpos de água pelo DAEE, sendo as obras parcialmente executadas devido ao alto custo e tempo despendido. Estas ações não estão sendo feitas devido à falta de especialistas no assunto na região. Vamos manter a meta 2.3 e propor capacitação de proprietários rurais e funcionários das secretarias de agricultura dos municípios.</p> <p>Propomos retirar "Áreas Protegidas" e "Ucs" desta variável e transpô-las para instrumentos de gestão ou força motriz, pois entendemos que são elementos geradores de pressão positiva. As áreas protegidas não são respostas aos problemas de erosões. Aqui está a proposta de trabalho para o próximo plano de bacia. Levantar todas as Ucs existentes (federais, estaduais e municipais), coletando dados no ICM Bio, Fundação Florestal, Instituto Florestal e todos os municípios da UGRHI. Fragmentar estas informações nas etapas para sua implantação efetiva, sendo elas: criação, gestor responsável nomeado, construção do plano de manejo (Diagnóstico, Zoneamento e estabelecimento de programas de conservação e recuperação) e por fim a execução dos programas e atualização dos planos.</p>
		Proporção de áreas com boçorocas recuperadas	TEMA 2 : USO E OCUPAÇÃO DO SOLO		2.2 Instituir instrumentos e mecanismos que garantam a implementação de medidas que evitem, minimizem, recuperem e compensem os impactos negativos, em especial assoreamento, erosões e a poluição difusa dos mananciais superficiais, causados por atividades agrícolas e agroindustriais, sendo que, o ônus decorrente será responsabilidade dos empreendedores.		
	R.10 – Áreas protegidas	Unidades de conservação implantadas			2.3 Definir instrumentos de incentivo à adoção de tecnologias alternativas de agricultura e de conservação do solo, que promovam o seu enriquecimento e elevação do teor de matéria orgânica, assim como, que limitem as perdas de solo a limites sustentáveis e aceitáveis na UGRHI 14.		
		Área total de unidades de conservação, por tipo					

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
					1.1 Atualizar a base cartográfica digital da UGRHI 14, na escala 1:50.000 ou menor, priorizando a rede hidrológica e demarcação de nascentes		<p>(1.1) Manter a meta a longo prazo, pois o custo de atualização da base cartográfica é elevado. (1.9 e 1.16) Esta ação está sendo executada pelas instituições responsáveis pelos respectivos cadastros. Da rede de monitoramento já foi citado anteriormente.(1.11) Esta meta esta sendo executada, pois é de apresentação obrigatória ao Fehidro, a aprovação dos projetos pelos comdemas.(1.12) O comite já avalia os EIA/RIMAs de grande impacto na Bacia. (1.13) Esta meta está sendo executada por todos os membros do comitê, pois é de interesse de todos o gerenciamento compartilhado, constando na legislação vigente. (1.14) Esta divulgação já está sendo feita, mas deve ser aprimorada. (1.15) Estes grupos já existem e deverão ser mantidos ate o termino dos trabalhos.</p>
					1.6 Efetuar a integração das UGRHIs que tenham interface com as águas subterrâneas, objetivando usos adequados e fomentar ações que visem protege-los		
					1.9 Ampliar e consolidar o cadastro de usuários de recursos hídricos com o objetivo de regularizar os diferentes usos e interferências		
					1.16 Ampliar e melhorar a rede de monitoramento hidrológico-meteorológico existente na UGRHI 14, incluindo os postos fluviométricos e pluviométricos, estações automatizadas de coleta e transmissão dos dados meteorológicos, estações sedimentométricas e de qualidade da água		
					1.11 Incentivar a criação e o funcionamento regular de conselhos municipais de meio ambiente, comdemas, dentro da filosofia atualizada destes em comum com a legislação federal e estadual		
					1.12 Criar instrumentos e sistemas de acompanhamento e avaliação, pelo CBH-ALPA, dos estudos, programas e projetos que visem a mitigação dos impactos bem como, as ações de compensação ambiental constantes nos EIA/RIMAs ou outros documentos similares, pelas concessionárias de geração de energia, usinas e destilarias instaladas na bacia.		
					1.13 Promover maior integração das instituições públicas e da sociedade civil que tenham interface com a gestão dos recursos hídricos da UGRHI 14		
					1.14 Promover a divulgação, em todos os municípios da Bacia, para acompanhamento e avaliação das ações implantadas		

TEMA 1 :
PLANEJAMENTO
E GESTÃO

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES								
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário	
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações			
Instrumento de Gestão					1.15 Criar e estruturar grupos técnicos, junto ao Comitê de Bacia, para acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do Plano de Bacia; do Sistema de Cobrança pelo Uso da Água e outros para fins específicos que o Comitê julgar necessário		(1.17) Estas ações deverão ser desenvolvidas conforme o cronograma de cobrança. (2.4) A secretaria da habitação já realiza este programa, mas a meta deverá ser mantida. (2.5) A CATI trabalha com este tópico junto aos pequenos produtores. (3.2) O DAEE está executando esta atualização. (3.4) O DAEE vem cumprindo esta meta realizando reuniões com usuários em locais com tendência à criticidade. (5.7) Estas ações já estão efetivadas em nosso comitê, pois sempre há vagas custeadas para a sociedade civil nos encontros sobre recursos hídricos.	
					1.17 Promover estudos, inserindo elementos característicos da UGRHI 14 e debates, através de audiências públicas, sobre a cobrança pelo uso da água na Bacia do Alto Paranapanema			
			TEMA 2 : USO E OCUPAÇÃO DO SOLO		2.4 Fomentar a celebração de convênios nos Municípios integrantes da bacia, a que se refere o Decreto Estadual 52.052, de 13/08/2007, que "institui o Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais – Cidade Legal"			
					2.5 Desenvolver programas junto aos pequenos produtores visando a redução de impactos no ambiente			
			TEMA 3 : USO E QUALIDADE DA ÁGUA		3.2 Atualizar o cadastro dos poços tubulares urbanos e rurais			
					3.4 Fomentar a organização de usuários de recursos hídricos com o objetivo de aumentar a disponibilidade de água superficial, através de construção de reservatórios para uso coletivo, especialmente nas sub-bacias críticas			
3.6 Instituir o programa "Produtor de Água" de forma a contemplar os proprietários rurais conservacionistas e outros usuários que preservam a natureza e protegem os mananciais e seus territórios								

CORRELAÇÃO DE METAS E INDICADORES							
VARIÁVEL/ GRAU DE RELEVÂNCIA	INDICADOR	Grandeza/Parâmetro	PLANO DE BACIA			PDC	Comentário
			Metas Gerais	Metas Específicas	Ações		
					3.11 Fomentar o uso do recurso hídrico na região como desenvolvimento da atividade turística e de lazer, de forma a conservar os recursos hídricos disponíveis através da obtenção de receitas provenientes destas atividades		
			TEMA 4 SANEAMENTO AMBIENTAL		4.1 Estabelecer medidas de saneamento ambiental rural, conforme a especificidade de cada localidade		
					4.8 Fomentar projetos locais de saneamento ambiental, que possam suprir deficiências no repasse dos recursos públicos, em especial nas áreas rurais dos municípios ou pequenas aglomerações semi-urbanas		
			TEMA 5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL		5.7 Estimular e promover a participação dos integrantes do Comitê, em especial do segmento da sociedade civil, em atividades Estaduais e Nacionais relativa aos recursos hídricos.		
Capacitação e Educação Ambiental			TEMA 4 SANEAMENTO AMBIENTAL		4.6 Incentivar ações que propiciem a coleta seletiva na fonte, da totalidade dos resíduos sólidos da bacia.		(4.6) Realizamos seminários de capacitação de professores do ensino fundamental e gestores públicos municipais sobre resíduos sólidos, propomos mudar a palavra ações para conscientização. (5.1 e 5.2) A CATI já trabalha incentivando estas técnicas junto aos pequenos produtores rurais. (5.3 e 5.4) Elaboramos informativos das nossas reuniões e os resultados de programas executados. (5.5 e 5.6) Vamos promover um curso de Pós Graduação em gestão de recursos hídricos em convênio com a Unesp de Ourinhos e Presidente Prudente.
			TEMA 5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL		5.1 Difundir e incentivar o uso de tecnologias para racionalização do uso de recursos hídricos da UGRHI 14 na aquicultura, agricultura, pecuária e indústria.		
					5.2 Desenvolver programas de educação ambiental específicos para pequenos produtores rurais, voltados para a praticas conservacionistas		
					5.3 Criar instrumentos que propiciem a divulgação de práticas exitosas quanto à sustentabilidade ambiental		
					5.4 Implementar instrumentos e programas contínuos de comunicação social		
					5.5 Implementar a capacitação em recursos hídricos para os agentes institucionais da bacia		
					5.6 Desenvolver junto as diferentes comunidades da bacia, programas de educação ambiental com ênfase nos recursos hídricos e sua relação com o solo e as plantas		